A EXPERIÊNCIA CATARINENSE DE APOIO

LOS CELS

COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS COMITÊS DO ESTADO



GOVERNO DE

SANTA CATARINA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DA ECONOMIA VERDE

FLORIANÓPOLIS, 1º DE OUTUBRO DE 2025.

Introdução

Historicamente, a criação dos comitês sempre se deu por participação popular;

Neste contexto, o <u>primeiro comitê</u> criado no Estado foi o Comitê Cubatão e Madre (à época Comitê Cubatão), por meio do Decreto n° 3.943, de 22 de setembro de 1993, na <u>região metropolitana de Florianópolis</u>;

Embora a legislação estadual, publicada em 1993/1994, já previsse a criação de comitês, foi apenas a partir do advento da Lei das Águas, <u>em 1997</u>, que houve um <u>"boom" na criação</u> de comitês;

De lá para cá, foram criados outros 15 comitês, sendo o último em 2010;

Operacionalizar os comitês, porém, é um desafio até os dias de hoje, <u>já que ainda</u> <u>não há cobrança</u> implementada em SC.



1993



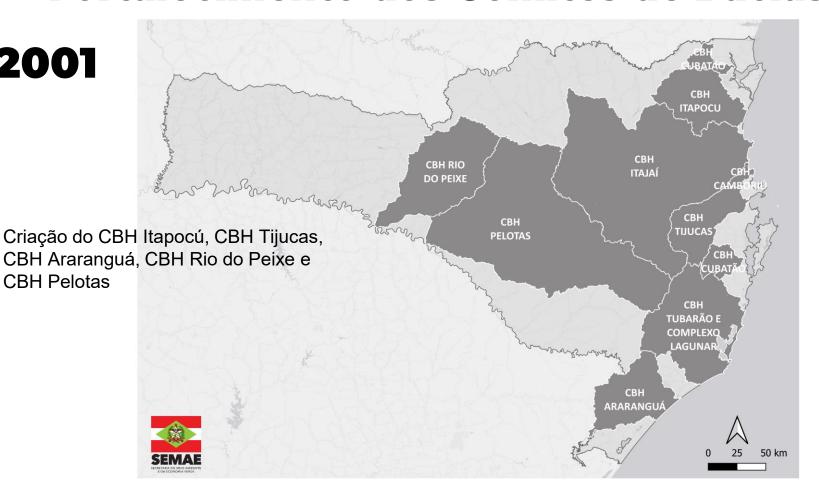
1997

Camboriú

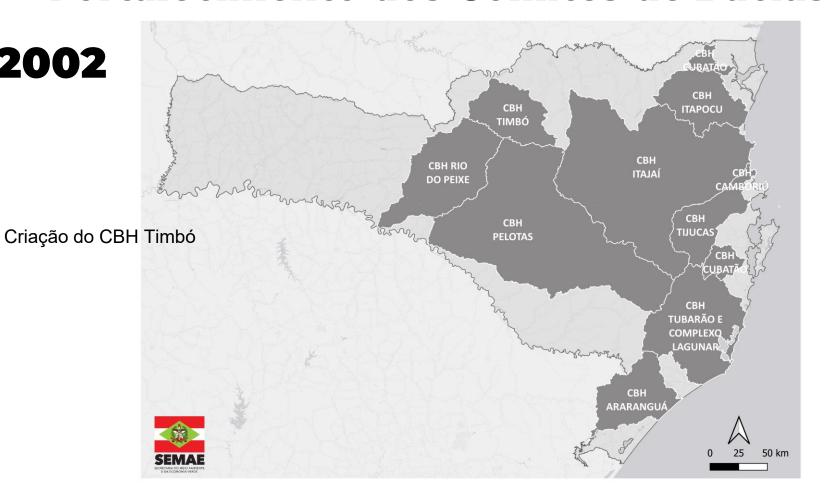


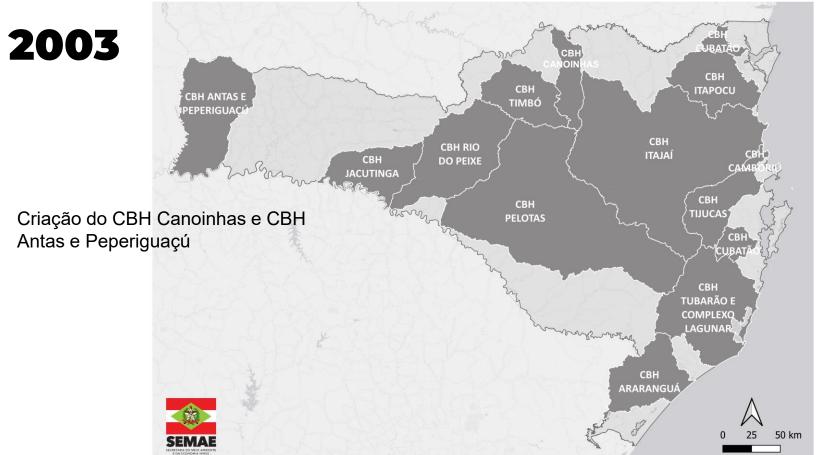


2001

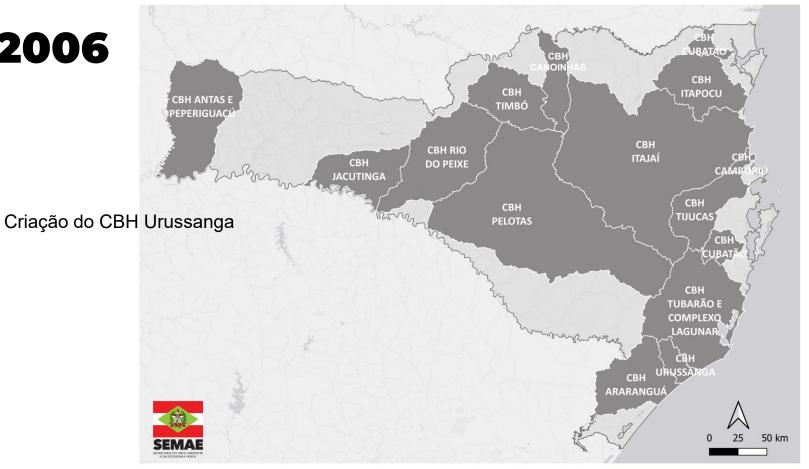


2002

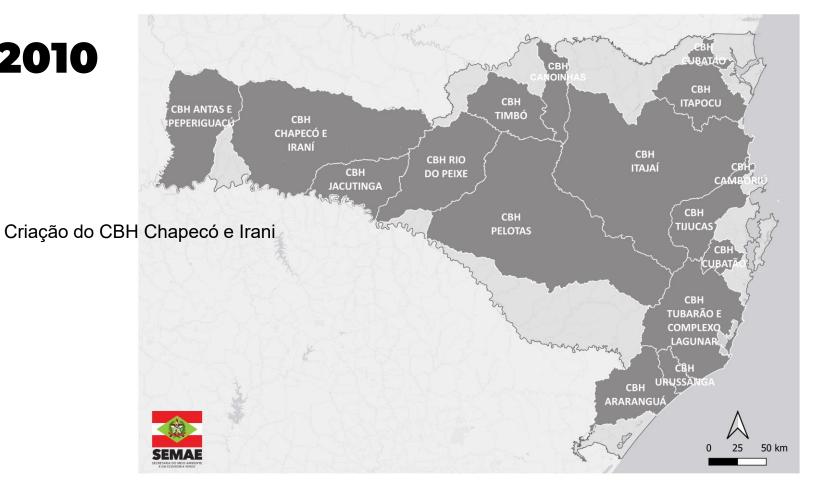




2006



2010





Premissas de Operacionalização

Basicamente, a operacionalização dos comitês em SC segue as seguintes premissas:

- a) Forte <u>apoio estatal</u> exceção CBH Itajaí;
- b) Financiamento via <u>compensação</u> do setor hidroelétrico (FEHIDRO) + <u>Programas Progestão/Procomitês</u>;
- c) Apoio em sistema de <u>"ciclos"</u> (descontinuidade).



Metodologias de Operacionalização

Até o momento, SC empregou as seguintes metodologias de apoio:

CICLO	TIPO DE ENTIDADE	INSTRUMENTO	INÍCIO	FINAL
0	Entidade Parceira	Convênios	-	2014
1	OSCs	Termo de Colaboração	2015	2021
2	ICTIs	Descentralização/Termo de Outorga	2023	2025
3	UDESC	Descentralização	2026	2028



CICLO 0: ENTIDADES PARCEIRAS

Realizado via <u>convênio anual</u> a uma instituição privada indicada pelo comitê (Entidade Parceira);

O repasse era realizado mediante solicitação do comitê e indicação do parceiro;

O parceiro recebia o dinheiro e passava a sua administração ao comitê;

Foco era a realização dos serviços de <u>secretaria executiva</u>;

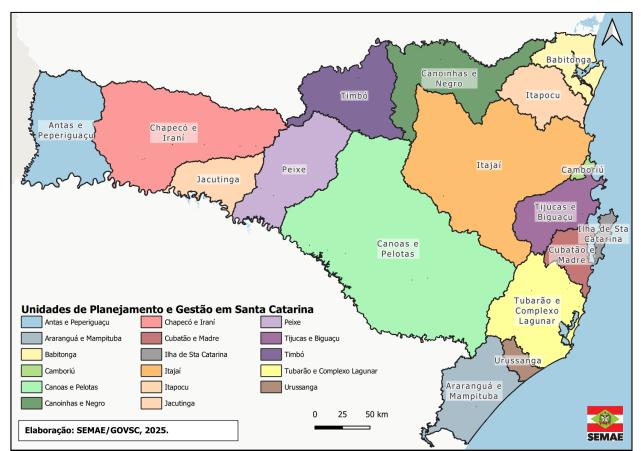
Não havia indicadores e metas;

Ao final do ano, a Entidade Parceira prestava contas à Secretaria de Desenvolvimento Regional;

Final: Lei nº 13.019/2014 vedou convênios com entes privados.



CICLO 0: ENTIDADES PARCEIRAS





CICLO 1: OSCs

Realizado via <u>Termo de Colaboração</u> a uma Organização da Sociedade Civil (OSC), selecionada por Edital, para apoio a um grupo de comitê por um biênio;

A OSC recebia o dinheiro e aplicava conforme <u>orientação do comitê</u> e segundo <u>premissas definidas no Termo de Colaboração</u>;

Foco era a realização dos serviços de <u>secretaria executiva</u>;

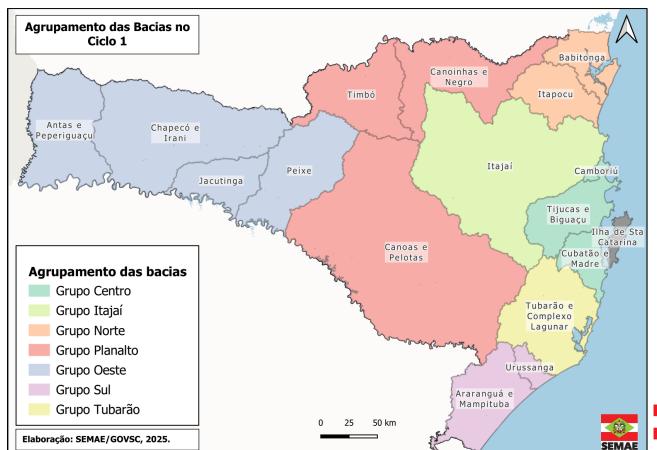
Havia <u>indicadores e metas</u>, <u>com</u> previsão de <u>glosas</u> no caso de não cumprimento;

Ao final de cada ano, a OSC prestava contas ao Órgão Gestor. Acabou por conta da <u>regulamentação</u> da Lei nº 13.019/2014 em SC.

Primeiro modelo de operacionalização batizado como "Entidade Executiva".



CICLO 1: OSCs





CICLO 2: ICTIS

Efetivado via <u>Programa de Estado</u>, que previa uma parceria entre o Órgão Gestor e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (<u>FAPESC</u>);

O apoio era realizado por um <u>pesquisador</u> vinculado a uma Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI), o qual seu projeto era selecionado por Edital, para apoio a um grupo de comitê por um biênio;

Formalizado por <u>Termo de Outorga</u>;

Foi o segundo modelo de operacionalização a ser batizado como <u>"Entidade Executiva"</u>.



CICLO 2: ICTIS

O pesquisador recebia o dinheiro e aplicava conforme <u>orientação do comitê</u> e segundo <u>premissas</u> definidas no Termo de Outorga;

Foco era a implementação das ações de curto prazo dos PRH e do PERH;

Havia <u>indicadores e metas</u>, <u>sem</u> previsão de <u>glosas</u> no caso de não cumprimento;

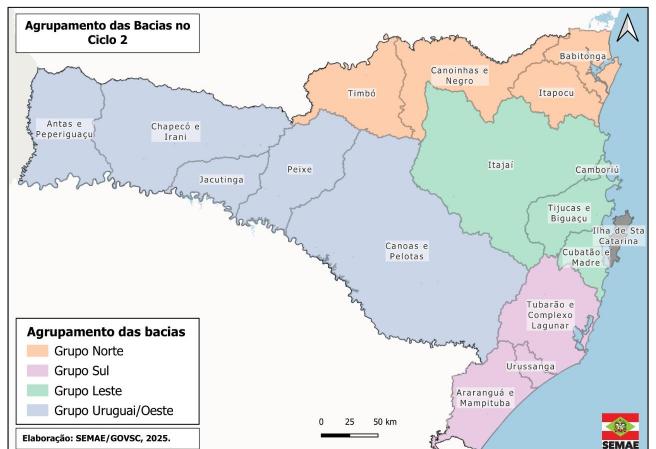
Ao final de <u>cada ano</u>, o pesquisador apresentava um <u>relatório técnico</u> dos trabalhos desenvolvidos ao Órgão Gestor;

Ao final do <u>projeto</u>, o pesquisador prestava contas à <u>FAPESC</u>;

Acabou por desistência da FAPESC.



CICLO 2: ICTIS





Efetivado via Programa de Estado (<u>Programa SC Águas</u>), que prevê uma parceria entre o Órgão Gestor e a Universidade do Estado de Santa Catarina (<u>UDESC</u>);

O apoio é realizado pela UDESC, por meio de um <u>Acordo de Cooperação Técnica</u> entre esta e o Órgão Gestor, para apoio a um grupo de comitê por um triênio;

Formalizado por <u>Descentralização de Créditos Orçamentários</u> (Lei nº 12.931/2004);

A UDESC recebe o dinheiro e aplica conforme <u>orientação do comitê</u> e segundo <u>premissas definidas</u> em ACT;

Espera-se que este seja o <u>último modelo</u> de operacionalização a ser batizado como <u>"Entidade Executiva"</u>; após ele, espera-se empregar as <u>"Entidades Delegatárias"</u>.

O apoio realizado em duas frentes:

- a) <u>Projetos</u> (pesquisa):
 - i) 1 grupo contemplando todo o estado;
 - ii) CBHs: foco na implementação das ações dos PRH e do PERH;
 - iii) Órgão Gestor: foco em estudo sobre água subterrânea e monitor de secas;
- b) Apoio ao comitê (Extensão):
 - i) 2 grupos, de acordo com a vertente (interior e litoral);
 - ii) foco na prestação de serviços de secretaria executiva.



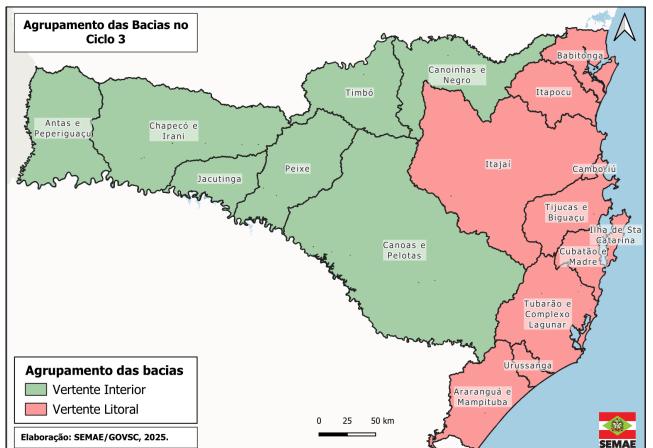
Há <u>indicadores e metas</u>, <u>sem</u> previsão de <u>glosas</u> no caso de não cumprimento;

Os indicadores da pesquisa são <u>diferentes</u> da extensão;

Ao final de <u>cada ano</u>, a UDESC deve apresentar um <u>relatório técnico</u> dos trabalhos desenvolvidos ao Órgão Gestor;

Ao final do contrato, a UDESC <u>presta contas de modo simplificado</u> ao Órgão Gestor.

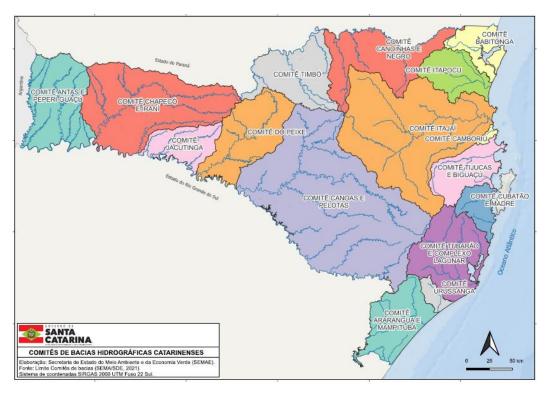






Média Anual de Atingimentos - Ciclo 02

ATIVIDADE	Nº
Reuniões (Assembleias e CTs)	145
Resoluções	112
Deliberações	156
Participação em Eventos	220
Projetos de implementação Planos de Bacias	24
Informativos publicados	181
Notícias no Site Águas	646
Número de capacitações	40
Pessoas capacitadas	1405





CONSIDERAÇÕES

Culturalmente, SC tem uma <u>forte tradição associativa</u> e de participação social;

Apesar disso, a <u>participação</u> nos CBHs era <u>irregular</u> (por comitê e no tempo);

No período em que os contratos com as Entidades Executivas estava vigente o <u>número de atividades aumentou</u> substancialmente, como consequência, a participação dos membros e da sociedade em geral;

Deve-se o aumento da participação, em boa parte, pelo <u>esforço de mobilização</u> <u>social</u> das Entidades Executivas;

A <u>descontinuidade dos contratos</u> era um fator de desmobilização, pela paralização de atividades programadas;

Necessidade de encontrar um modelo que garanta perenidade.





TIAGO ZANATTA

Equipe de Fortalecimento dos Comitês

VINICIUS TAVARES CONSTANTE

Gerente de Recursos Hídricos e Saneamento

